



CÂMARA MUNICIPAL DE CERQUILHO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

003. PROVA OBJETIVA

CONTROLADOR INTERNO LEGISLATIVO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o quadrinho para responder às questões 01 e 02:



(Bob Thaves, "Frank & Ernest").

Em: <https://www.estadao.com.br/cultura/quadrinhos.01.08.2025>

01. Considerando o comentário do rei, entende-se que a sua preocupação ao chamar o trio de balanço era com o
- (A) ajuste dos canais de som.
 - (B) fortalecimento da música.
 - (C) aspecto físico dos cidadãos.
 - (D) molejo necessário à dança.
 - (E) estado patrimonial do reino.
02. Em conformidade com a norma-padrão quanto ao uso do acento indicativo da crase, a frase — eu quis dizer meus contadores — admite a reescrita:
- (A) Eu me referi à meus contadores.
 - (B) Eu me referi àqueles que são meus contadores.
 - (C) Eu me referi à quem são meus contadores.
 - (D) Eu me referi à eles que são meus contadores.
 - (E) Eu me referi à pessoas que são meus contadores.

Leia o texto para responder às questões de 03 a 10:

Brasil dá importante passo para que todos aprendam matemática

Uma proposta mais do que necessária foi anunciada em 30 de junho pelo ministro da Educação para melhorar a qualidade da aprendizagem na educação básica. *Toda Matemática* é o nome da nova política do Ministério da Educação, voltada para romper com as tristes estatísticas das quais os estudantes brasileiros fazem parte há muito tempo nas avaliações nacionais e internacionais quando o assunto envolve cálculos, estimativas e números em geral. Já era tempo: a matemática é um desafio na educação brasileira há décadas — 73% dos estudantes na faixa etária de 15 anos não atingiram o mínimo de proficiência no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), na edição mais recente. Segundo dados do Todos pela Educação, 59% dos estudantes terminam o ensino médio em níveis muito abaixo do esperado nessa disciplina, o que significa dizer que não sabem calcular sequer porcentagens e, no pior dos casos, não resolvem problemas com as quatro operações básicas.

Além de não cumprir o dever de garantir o direito à aprendizagem matemática a todos os cidadãos, não estamos evoluindo economicamente como país quanto poderíamos (e precisamos) no que diz respeito à empregabilidade, principalmente porque não damos conta de ensinar (bem). A recém-divulgada pesquisa "*As competências matemáticas no mercado de trabalho brasileiro: o papel da escolaridade e implicações para os rendimentos*", publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), revela que profissionais em ocupações que exigem maior domínio da matemática podem chegar a ganhar 85% a mais do que aqueles em funções que requerem menos habilidades na área. O pesquisador Maurício Cortez Reis analisou de que maneira a importância atribuída aos conhecimentos em matemática ou à capacidade para trabalhar com números está atrelada aos rendimentos e como a escolaridade pode influenciar esse processo. Além disso, o estudo mostra que a taxa de escolaridade mais elevada facilita o acesso a essas ocupações. E mais: mesmo os menos escolarizados, quando trabalham com números, ganham mais do que se estivessem em ocupações que não valorizam as competências matemáticas.

Se não investirmos na formação adequada dos estudantes, inclusive e especialmente em matemática, fazendo disso um projeto no País, estamos condenando crianças, adolescentes e jovens a serem adultos com subempregos, não formaremos profissionais de diferentes áreas com qualidade e capacidade de absorver demandas do mercado. O *Toda Matemática* deverá promover nas redes públicas de ensino uma base sólida para alavancar o letramento matemático, contribuindo para diminuir o número de cidadãos que não sabem resolver problemas simples envolvendo uma ou mais das quatro operações básicas: adição, subtração, multiplicação e divisão, e têm baixa compreensão dos números, podendo somente identificar dígitos familiares de alguma maneira.

(Kátia Smole. <https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto>, 02.07.2025. Adaptado)

03. Ao discorrer sobre a nova política do Ministério da Educação, a autora deixa claro que se trata de uma ação

- (A) relevante para o contexto atual da educação matemática, quando se consideram os pífios resultados obtidos pelos alunos nas avaliações nacionais e internacionais.
- (B) irrelevante para o letramento matemático dos alunos brasileiros, uma vez que eles conseguem resolver problemas simples envolvendo as quatro operações básicas.
- (C) oportuno para a formação matemática e cidadã dos alunos, cujas dificuldades para a compreensão dos números têm sido vencidas com muita dedicação e estudo.
- (D) desnecessária para a maioria dos alunos, já que um número pouco expressivo deles tem baixa compreensão dos números e dificuldades para resolver problemas.
- (E) prescindível para a educação matemática, uma vez que a área carece de dados sólidos e inquestionáveis que permitam identificar os reais problemas dos alunos.

04. Quando se comparam a compreensão da matemática e a formação profissional dos cidadãos, conclui-se corretamente que

- (A) os estudos de matemática desenvolvidos na escola são suficientes para a garantia de bons salários.
- (B) os melhores salários são pagos aos profissionais que se propõem a ensinar o letramento matemático.
- (C) a capacidade de trabalhar com números não tem relação com a perspectiva de melhores salários.
- (D) os conhecimentos em matemática estão vinculados a uma perspectiva melhor de retorno salarial.
- (E) a perspectiva de bons salários independe da escolaridade e dos conhecimentos básicos em matemática.

05. Considere as passagens:

- *Toda Matemática* é o nome da nova política do Ministério da Educação, voltada para **romper** com as tristes estatísticas das quais os estudantes brasileiros fazem parte há muito tempo... (1º parágrafo)
- ... 73% dos estudantes na faixa etária de 15 anos não atingiram o mínimo de **proficiência** no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), na edição mais recente. (1º parágrafo)
- O *Toda Matemática* deverá promover nas redes públicas de ensino uma base sólida para **alavancar** o letramento matemático... (3º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) acometer; desempenho; explicitar.
- (B) eliminar; aproveitamento; fomentar.
- (C) irromper; resultado; estruturar.
- (D) corroborar; compreensão; melhorar.
- (E) terminar; conhecimento; mudar.

06. O termo destacado está empregado sem sentido figurado em:

- (A) ... para romper com as tristes estatísticas das quais os estudantes brasileiros **fazem** parte há muito tempo... (1º parágrafo)
- (B) ... 59% dos estudantes **terminam** o ensino médio em níveis muito abaixo do esperado nessa disciplina... (1º parágrafo)
- (C) Além de não cumprir o dever de **garantir** o direito à aprendizagem matemática a todos os cidadãos... (2º parágrafo)
- (D) ... estamos **condenando** crianças, adolescentes e jovens a serem adultos com subempregos... (3º parágrafo)
- (E) ... **contribuindo** para diminuir o número de cidadãos que não sabem resolver problemas simples... (3º parágrafo)

07. Considere as passagens:

- ... não estamos evoluindo **economicamente** como país quanto poderíamos (e precisamos) no que diz respeito à empregabilidade, principalmente **porque** não damos conta de ensinar (bem). (2º parágrafo)
- E mais: **mesmo** os menos escolarizados, quando trabalham com números, ganham mais **do que** se estivessem em ocupações que não valorizam as competências matemáticas. (2º parágrafo)

No contexto em que estão empregadas, as expressões destacadas veiculam, correta e respectivamente, sentidos de:

- (A) meio; causa; concessão; conclusão.
- (B) causa; causa; restrição; comparação.
- (C) modo; causa; inclusão; comparação.
- (D) modo; explicação; afirmação; consequência.
- (E) meio; explicação; afirmação; conclusão.

08. *Toda Matemática* propõe-se _____ romper com as tristes estatísticas _____ quais os estudantes brasileiros estão inseridos há muito tempo, com base nos resultados das avaliações nacionais e internacionais, devido _____ assunto envolvendo estimativas, cálculos e números em geral.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) com ... das ... o
- (B) de ... as ... ao
- (C) a ... nas ... ao
- (D) em ... pelas ... o
- (E) por ... sob ... ao

09. Assinale a alternativa cuja frase atende à norma-padrão de concordância verbal e de concordância nominal.
- (A) Números expressivos de estudantes brasileiros fazem parte há muito tempo das tristes estatísticas nas avaliações nacionais e internacionais, que revelam níveis de desempenho muito abaixo do esperado em matemática.
- (B) Já fazem décadas que a matemática é um desafio na educação brasileira — a maioria dos estudantes na faixa etária de 15 anos não atingiu o mínimo de proficiência no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.
- (C) Muitos cidadãos brasileiros não dispõem de conhecimentos matemáticos suficiente para a resolução de problemas simples, os quais envolvem as quatro operações básicas: adição, subtração, multiplicação e divisão.
- (D) Os conhecimentos em matemática para o trabalho com números mantém relação com os rendimentos recebidos profissionalmente, segundo a pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- (E) Se não houver investimento na formação adequada dos estudantes, crianças, adolescentes e jovens estarão condenadas a serem adultos com subempregos, incapaz de absorver demandas do mercado de trabalho.
10. A colocação pronominal está de acordo com a norma-padrão em:
- (A) Se anunciou, em 30 de junho, uma proposta mais do que necessária para melhorar a qualidade da aprendizagem na educação básica.
- (B) Se não investir-se na formação adequada dos estudantes, crianças, adolescentes e jovens serão adultos com subempregos.
- (C) O letramento matemático contribui para diminuir o número de cidadãos que confundem-se para resolver problemas simples.
- (D) Há tempos, nas avaliações nacionais e internacionais, os alunos brasileiros têm distanciado-se do resultado esperado em matemática.
- (E) O *Toda Matemática* deverá disseminar-se nas redes públicas de ensino com uma base sólida para alavancar o letramento matemático.
11. Uma pesquisa realizada em meados da década de 2010, pelo Serviço de Proteção ao Crédito, identificou que 6 em cada 10 brasileiros que viajam ao exterior compram produtos de luxo.
- Levando-se em consideração essa informação e supondo-se que em um grupo de pessoas, que viajaram para o exterior, apenas 132 não compraram produtos de luxo, o número total de pessoas nesse grupo seria igual a
- (A) 300.
- (B) 310.
- (C) 320.
- (D) 330.
- (E) 340.
12. Do número total de folhas impressas em determinado dia em um escritório, a impressora de Luiz imprimiu $\frac{1}{5}$, a impressora de Ana imprimiu $\frac{3}{4}$ do que não foi impressa pela impressora de Luiz, e a impressora de Leonardo imprimiu as 140 unidades restantes.
- Dessa forma, o número de folhas impressas pela impressora de Ana foi igual a
- (A) 525.
- (B) 500.
- (C) 480.
- (D) 465.
- (E) 420.
13. Os voos para as cidades, A, B e C, saem de um mesmo aeroporto em períodos de tempo distintos: os voos para a cidade A saem a cada 4 horas; os voos para a cidade B, a cada 5 horas; e os voos para a cidade C saem a cada 6 horas. O aeroporto funciona diuturnamente e, exatamente, às 0 hora e 30 minutos de um domingo, os passageiros dos três voos foram chamados para o embarque.
- Considerando-se a chamada para o embarque como ponto inicial do processo dos voos, e aplicando-se a essa chamada os períodos de tempo de saída dos voos para as cidades A, B e C, sem atraso, a vez imediatamente posterior em que a chamada para o embarque dos voos para essas três cidades ocorreu, novamente, em um mesmo horário foi
- (A) às 12 horas e 30 minutos da segunda-feira.
- (B) aos 30 minutos da terça-feira.
- (C) às 12 horas e 30 minutos da terça-feira.
- (D) aos 30 minutos da quarta-feira.
- (E) às 12 horas e 30 minutos da quarta-feira.

14. Considere a seguinte notícia publicada no site da *Agência Brasil*, em outubro de 2024:

As emissões de gases do efeito estufa caíram 12% no Brasil, em 2023.

Essa é a maior redução dos últimos 15 anos.

São 300 milhões de toneladas a menos em comparação a 2022.

(<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2024-11/emissoes-de-gases-do-efeito-estufa-cairam-12-no-brasil-em-2023>)

Com base na informação apresentada, é correto afirmar que, em 2023, as emissões de gases do efeito estufa no Brasil foram de

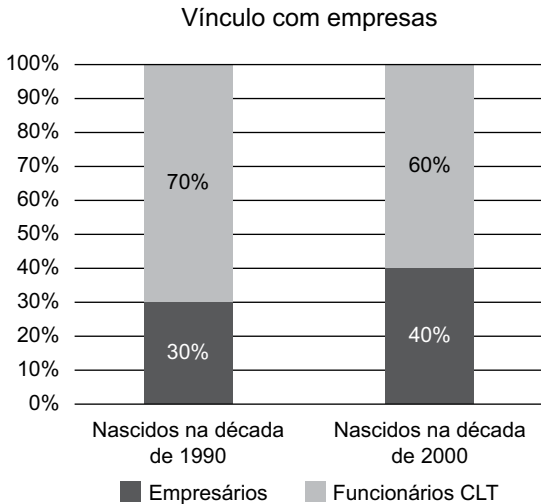
- (A) 2,0 bilhões de toneladas.
 - (B) 2,2 bilhões de toneladas.
 - (C) 2,5 bilhões de toneladas.
 - (D) 2,8 bilhões de toneladas.
 - (E) 3,0 bilhões de toneladas.
15. Dois produtos líquidos estão, cada um, em um tambor: o primeiro contendo 27 litros do produto X, e o segundo contendo 45 litros do produto Y.

Esses produtos precisam ser divididos no maior número de recipientes possível, de maneira que cada recipiente contenha uma mistura somente de ambos os produtos, na mesma razão, e todos os recipientes tenham a mesma quantidade de mistura.

Nessas condições, sendo x e y números inteiros, em que x corresponda ao volume, em litros, do produto X, e y corresponda ao volume, em litros, do produto Y, que devem ser colocados em cada recipiente, a diferença $y - x$ deve ser igual a

- (A) 1 litro.
- (B) 2 litros.
- (C) 3 litros.
- (D) 4 litros.
- (E) 5 litros.

16. O gráfico apresenta informações sobre o vínculo com empresas de um grupo de pessoas nascidas nas décadas de 1990 e 2000:



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que, nesse grupo, há, necessariamente,

- (A) duas vezes mais funcionários CLT nascidos na década de 2000 do que empresários nascidos na década de 1990.
- (B) mais empresários do que funcionários CLT.
- (C) o mesmo número de pessoas nascidas nas décadas de 1990 e 2000.
- (D) 2 empresários para cada 3 funcionários CLT, nascidos na década de 2000.
- (E) números diferentes de pessoas nascidas nas décadas de 1990 e 2000.
17. Uma empresa de vendas no atacado estava com a seguinte promoção para determinado produto: a cada 3 caixas compradas pela mesma pessoa física ou jurídica, a 4ª caixa seria gratuita.
- Considerando-se que cada caixa do produto comprado custe R\$ 50,00, e que uma pessoa jurídica retirou, pela promoção, o total de 50 caixas desse produto, o valor médio pago por caixa foi de
- (A) R\$ 37,50.
- (B) R\$ 38,00.
- (C) R\$ 38,50.
- (D) R\$ 39,00.
- (E) R\$ 49,50.

18. Um garrafão de determinado produto líquido tem capacidade total de 5 litros, ou 5.000 cm^3 , e contém nove décimos de sua capacidade preenchida com esse líquido.

Despejando-se todo o volume de líquido contido nesse garrafão em um vasilhame com formato interno de paralelepípedo reto retangular, inicialmente vazio, preenche-o totalmente, sem transbordar.

Sabendo-se que o comprimento interno desse vasilhame é de 20 cm, e que sua altura e largura internas têm a mesma medida, é correto afirmar que a soma das medidas do comprimento, largura e altura internas desse vasilhame é

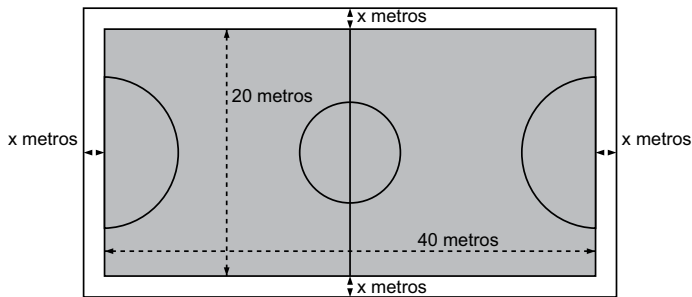
- (A) 15 cm.
- (B) 35 cm.
- (C) 50 cm.
- (D) 60 cm.
- (E) 70 cm.

19. Em um cofre havia apenas notas de R\$ 200,00, de R\$ 100,00 e de R\$ 50,00. Uma pessoa retirou desse cofre R\$ 7.400,00, em um total de 76 notas, retirando notas de todos os valores, sendo que a quantidade de notas de R\$ 200,00 correspondeu à terça parte da quantidade de notas de R\$ 100,00.

O valor total em notas de R\$ 50,00 retirado do cofre por essa pessoa foi

- (A) R\$ 1.400,00.
- (B) R\$ 1.900,00.
- (C) R\$ 2.400,00.
- (D) R\$ 3.000,00.
- (E) R\$ 3.600,00.

20. Em um terreno plano com formato retangular foi construída uma quadra de futebol de salão, também retangular, com dimensões 40 m e 20 m. Ao redor dessa quadra, construiu-se uma pista para corridas, com 256 m^2 de área e largura constante de x m, conforme representadas na figura:



(figura fora de escala)

Sabendo-se que a quadra e a pista ocuparam todo o terreno, é correto afirmar que o perímetro desse terreno é de

- (A) 124 m.
- (B) 128 m.
- (C) 132 m.
- (D) 136 m.
- (E) 140 m.

R A S C U N H O

LEGISLAÇÃO

21. Suponha que José, responsável pelo Loteamento Casas Sustentáveis, obteve na Prefeitura de Cerquillo a necessária aprovação do projeto de loteamento, o qual conta com diversas áreas verdes espalhadas pelo terreno, totalizando 38% (trinta e oito por cento) do loteamento com cobertura de vegetação nativa. Durante a implementação do projeto de loteamento, José resolveu alterar a destinação de 42% (quarenta e dois por cento) das áreas verdes, desmatando-as para a construção de equipamentos de lazer, como duas piscinas, quadra poliesportiva e dois playgrounds voltados para crianças de até 06 (seis) anos.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Município de Cerquillo, é correto afirmar que

- (A) como o projeto de loteamento já obteve aprovação da Prefeitura, José é livre para fazer as modificações que achar mais conveniente, independentemente da obtenção de nova concordância.
- (B) como as áreas verdes do loteamento totalizam mais de 35% (trinta e cinco por cento) da área do empreendimento, admite-se, excepcionalmente, sua redução, desde que haja prévia concordância do Secretário do Meio Ambiente.
- (C) os terrenos definidos no projeto de loteamento como áreas verdes não poderão, em qualquer hipótese, ser alterados na destinação, fim e objetivos originariamente estabelecidos.
- (D) como José se limitou a alterar a destinação de menos da metade da área verde originariamente estabelecida, não há ilegalidade em sua conduta.
- (E) como os terrenos definidos como áreas verdes tiveram sua destinação alterada para construção de equipamentos de lazer e não para construção de novas casas, não é preciso que haja nova aprovação da Prefeitura.

22. Imagine que Luciano é o Prefeito do Município de Cerquillo e recebeu hoje um requerimento da Câmara Municipal para prestar informações; e, apesar de sempre representar a cidade em suas relações políticas, deseja delegar essa representação para João, Secretário de Administração.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei Orgânica do Município de Cerquillo, é correto afirmar que

- (A) se veda que o prefeito delegue a representação do Município em suas relações políticas e administrativas.
- (B) Luciano deverá responder ao requerimento em até 15 (quinze) dias corridos, sob pena da prática de crime de responsabilidade.
- (C) Luciano só é obrigado a responder ao requerimento se ele tiver sido encaminhado pelo Presidente da Câmara Municipal, o que deverá fazer em até uma semana.
- (D) Luciano poderá delegar a representação do Município em suas relações políticas, desde que João tenha mais de trinta e cinco anos e nível superior completo.
- (E) a representação do Município nas suas relações políticas poderá ser delegada por lei de iniciativa do prefeito, a outra autoridade.

23. Considere que hoje haverá uma sessão na Câmara Municipal de Cerquillo que terá por objeto temas socialmente controversos e diversos munícipes irão assistir aos debates. Luciana é cidadã da localidade e deseja usar um gravador para captar os sons nas dependências da Câmara, enquanto Lucas, morador de Piracicaba, deseja entrar portando arma.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Cerquillo, é correto afirmar que

- (A) havendo justificativa prévia, Luciana e Lucas podem entrar com os objetos que desejam.
- (B) o Primeiro Secretário da Mesa da Câmara, deverá determinar a revista de Lucas e, se ele se recusar a tanto, estará impedido de ingressar nas dependências.
- (C) Luciana não poderá usar o gravador, salvo expressa autorização do Presidente da Câmara.
- (D) a depender do assunto que será tratado, admite-se que Lucas e Luciana portem os objetos que desejam nas dependências da Câmara.
- (E) Lucas e Luciana poderão entrar com os objetos que desejam, desde que protocolem requerimento ao Presidente da Câmara até quarenta e oito horas antes da realização da sessão.

24. Considere que, após uma grande discussão, houve a renúncia total da Mesa da Câmara Municipal de Cerquillo.

Nesse caso, de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Cerquillo, proceder-se-á à nova eleição

- (A) na sessão imediata àquela em que se deu a renúncia, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes.
- (B) em até duas sessões após àquela em que se deu a renúncia, sob a presidência do Vereador de maior idade.
- (C) na sessão imediata àquela em que se deu a renúncia, sob a presidência do Prefeito do Município.
- (D) em até cinco sessões após àquela em que se deu a renúncia, sob a presidência do Vereador de maior idade.
- (E) em até duas sessões após àquela em que se deu a renúncia, sob a presidência do Prefeito do Município.

25. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Cerquillo, as Comissões Especiais serão constituídas mediante apresentação de Projeto de

- (A) Portaria de autoria da Mesa ou de metade dos Vereadores, aprovado por maioria simples.
- (B) Resolução de autoria do Presidente da Câmara Municipal.
- (C) Lei de autoria da Mesa ou de um terço dos Vereadores, aprovado por maioria absoluta dos membros.
- (D) Portaria de autoria do Presidente da Câmara Municipal.
- (E) Resolução de autoria da Mesa ou de um terço dos Vereadores, aprovado por maioria simples.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Determinado Estado da Federação fez constar em sua constituição uma norma que atribuiu à Assembleia Legislativa competência exclusiva para tomar e julgar as contas prestadas pelo Governador e pelos presidentes dos Poderes Legislativo e Judiciário. Segundo o disposto na Constituição Federal, no tocante à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, e considerando que, pelo princípio da simetria, os Estados devem seguir os parâmetros da Carta Magna brasileira, essa norma da Constituição estadual está

- (A) totalmente em conformidade com a Constituição Federal.
- (B) de acordo com a Constituição Federal apenas com relação à competência para tomar e julgar as contas do Legislativo e do Judiciário.
- (C) em conformidade com a Constituição Federal apenas no tocante à competência para tomar e julgar as contas do Legislativo.
- (D) totalmente em desacordo com a Constituição Federal.
- (E) em conformidade com a Constituição Federal apenas no tocante à competência para tomar e julgar as contas do governador.

27. A empresa “ABC” foi denunciada e está sendo processada judicialmente, com base em conduta prevista na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e pretende celebrar acordo de leniência.

Nessa situação hipotética, segundo o disposto nessa Lei, é correto afirmar que

- (A) o acordo deverá ser celebrado com o Ministério Público, que tem a competência privativa para celebrar esse tipo de acordo em juízo.
- (B) a empresa, para celebrar o acordo, entre outros requisitos, deve ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito.
- (C) o acordo não exime a pessoa jurídica das sanções legais, mas poderá ensejar à empresa o benefício de afastar a obrigação de reparar o dano causado.
- (D) a celebração do acordo de leniência, a partir da data de sua assinatura, suspenderá pela metade o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei.
- (E) a proposta de acordo, ainda que rejeitada, importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado e será levada em conta quando da prolação da sentença.

28. Assinale a alternativa que contempla corretamente um dos princípios gerais de auditoria no setor público.

- (A) Materialidade.
- (B) Moralidade.
- (C) Assertividade.
- (D) Boa-fé.
- (E) Relatividade.

29. Sinval, servidor público municipal, por conduta dolosa, recebeu dinheiro para omitir ato de ofício a que estava obrigado, o que é considerado uma conduta ilícita prevista na Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92).

Assim sendo, a referida Lei prevê que Sinval ficará sujeito a uma das seguintes sanções decorrente da sua conduta:

- (A) prisão administrativa.
- (B) cassação dos seus direitos políticos.
- (C) pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial.
- (D) indenização por dano moral até o dobro do valor do prejuízo causado.
- (E) suspensão da função pública por até um ano.

30. Segundo a jurisprudência e súmulas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, eventual concessão aos vereadores de verba de 13º salário, de pagamento de sessões extraordinárias e de verbas de gabinete a vereadores seria

- (A) vedada quanto ao 13º salário e permitida quanto aos demais benefícios.
- (B) totalmente permitida se a concessão for instituída por norma da Constituição Estadual.
- (C) totalmente permitida, se feita por lei, uma vez que estaria em sintonia com as normas da Constituição Federal.
- (D) vedada quanto ao pagamento das sessões extraordinárias e verbas de gabinete e permitida para o 13º salário.
- (E) totalmente vedada.

31. A DVA (Demonstração do Valor Adicionado) evidência, de forma sucinta, o valor gerado por uma empresa em determinado período, bem como a sua distribuição entre todos aqueles que participaram de sua produção. Para elaborar a sua DVA, determinada Companhia apresentou as seguintes informações:

– receita de vendas	R\$ 1.540.000,00
– ICMS incidente sobre vendas	R\$ 231.000,00
– ICMS incidente sobre insumos adquiridos de terceiros	R\$ 66.000,00
– despesas de salários	R\$ 110.000,00
– INSS parte empregador	R\$ 24.200,00
– FGTS depositado nas contas dos empregados	R\$ 8.800,00

De acordo com as informações, a riqueza distribuída na forma de impostos, taxas e contribuições foi de:

- (A) R\$ 330.000,00.
- (B) R\$ 189.200,00.
- (C) R\$ 255.200,00.
- (D) R\$ 198.000,00.
- (E) R\$ 264.000,00

32. Observe as informações a seguir, extraídas do Balanço Patrimonial, relativas ao último exercício financeiro da hipotética Empresa Comercial CERQ Ltda., em R\$:

PASSIVO

– Fornecedores	6.160.000,00
– Impostos e contribuições a pagar	1.100.000,00
– Duplicatas descontadas	4.180.000,00
– Dividendos a pagar	1.650.000,00
– Provisão para obrigações previdenciárias Sub Judice	2.090.000,00
– Financiamentos de longo prazo	1.430.000,00
– Patrimônio Líquido	3.850.000,00
PASSIVO TOTAL	20.460.000,00

Ao analisar verticalmente o passivo, pode-se afirmar que o passivo não circulante, em relação ao passivo total, representa o equivalente a:

- (A) 17,2%
- (B) 25,3%
- (C) 63,98%
- (D) 10,21%
- (E) 6,99%

33. Determinada empresa realiza uma transferência bancária no valor de R\$ 1.100,00 para pagamento de uma conta com juros de 25%. Considerando D-Débito e C-Crédito, o lançamento contábil correspondente será, em R\$:
- (A) D-Contas a pagar: 1.320,00
C-Caixa e equivalentes de caixa: 1.100,00
C-Despesas de juros: 220,00
 - (B) D-Contas a pagar: 1.100,00
D-Juros passivos: 275,00
C-Caixa e equivalentes de caixa: 1.375,00
 - (C) D-Caixa e equivalentes de caixa: 1.100,00
C-Contas a pagar: 880,00
C-Despesas de juros: 220,00
 - (D) D-Contas a pagar: 880,00
D-Juros passivos: 220,00
C-Caixa e equivalentes de caixa: 1.100,00
 - (E) D-Caixa e equivalentes de caixa: 1.100,00
D-Juros passivos: 220,00
C-Contas a pagar: 1.320,00
34. Em conformidade com a Escrituração Fiscal Digital (EFD) de uma empresa comercial, foi identificada a apuração do valor de R\$ 26.400,00 de ICMS devido pelas vendas efetuadas durante o último exercício, e um valor de R\$ 19.800,00 de ICMS decorrente das compras efetuadas junto aos seus fornecedores no mesmo período. Na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa relativa ao exercício correspondente, constará:
- (A) R\$ 6.600,00 como despesas administrativas.
 - (B) R\$ 26.400,00 como dedução da receita bruta das vendas e serviços.
 - (C) R\$ 19.800,00 como custo das mercadorias vendidas.
 - (D) R\$ 26.400,00 como despesas com vendas.
 - (E) R\$ 6.600,00 como dedução da receita líquida de vendas e serviços.
35. Uma indústria alimentícia produziu 30 caixas de determinado produto no último mês, com os seguintes custos totais:
- matéria-prima: R\$ 54,00
 - mão de obra direta: R\$ 36,00
 - custos indiretos de fabricação: R\$ 24,00
- Observação: o equivalente a 06 caixas de produto, ao serem transferidas para o estoque, tornaram-se impróprias para consumo e foram descartadas como perda normal.
- Sabendo que foram vendidas 18 caixas do produto, ao preço unitário de R\$ 27,00, e desconsiderando a incidência de IPI e de ICMS, é correto afirmar que o valor do lucro bruto e do estoque final foram, após a venda, respectivamente, de:
- (A) R\$ 400,50 e R\$ 28,50
 - (B) R\$ 486,00 e R\$ 114,00
 - (C) R\$ 85,50 e R\$ 400,50
 - (D) R\$ 541,50 e R\$ 28,50
 - (E) R\$ 457,50 e R\$ 114,00

36. Considere o seguinte conceito: é a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPG) representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.

Esse conceito refere-se à característica qualitativa da:

- (A) representação fidedigna.
- (B) comparabilidade.
- (C) compreensibilidade.
- (D) relevância.
- (E) verificabilidade.

37. Os ingressos são todas as entradas de recursos, em determinado período de tempo, que o Estado utiliza para financiar seus gastos, podendo ou não ser incorporados ao seu patrimônio, e ainda, serem de natureza orçamentária ou extraorçamentária.

Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de receita orçamentária efetiva.

- (A) Receita de alienação de bens móveis.
- (B) Receita de recebimento da dívida ativa.
- (C) Receita de operação de crédito.
- (D) Receita de exploração do patrimônio imobiliário.
- (E) Receita de amortização de empréstimos.

38. Observe as informações de uma prefeitura relativas a um determinado período de apuração:

- receita orçamentária: R\$ 462.000,00
- receita corrente líquida: R\$ 440.000,00

Considerando as regras estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à despesa com pessoal, é correto afirmar, em conformidade com a apuração no período em referência, que a despesa com pessoal,

- (A) do Poder Legislativo municipal não poderá ultrapassar o valor de R\$ 22.000,00.
- (B) do Poder Executivo da prefeitura possui um limite prudencial de R\$ 211.200,00.
- (C) do Poder Executivo da prefeitura não poderá exceder a R\$ 237.600,00.
- (D) do Poder Legislativo municipal possui um limite de prudencial de R\$ 23.760,00.
- (E) tanto do Poder Executivo como do Poder Legislativo do município está limitada a R\$ 286.000,00.

39. Quanto à função, os tributos podem ser classificados em fiscais, extrafiscais e parafiscais. No tributo fiscal, o Estado arrecada valores para o bem geral da coletividade. Tributos extrafiscais têm por objetivo a interferência no domínio econômico. Tributos parafiscais são tributos vinculados à satisfação de situações que não são características do Estado.

É exemplo de tributo parafiscal:

- (A) empréstimo compulsório.
- (B) imposto sobre serviços.
- (C) taxa.
- (D) imposto de renda.
- (E) contribuições sociais.

40. Em relação às finanças públicas, a atuação do governo em uma economia mista, de iniciativa tanto pública quanto privada, é ampla. Por meio das três funções econômicas do setor público realizadas, em grande parte, com manipulações no Orçamento Público, o governo atua de forma a melhorar o nível de bem-estar social.

A função exercida pelo governo cujo objetivo é tornar a sociedade menos desigual em termos de renda e riqueza, através da tributação e de transferências financeiras, subsídios, incentivos fiscais e alocação de recursos em camadas mais pobres da população.

Esse objetivo é inerente à função

- (A) alocativa.
- (B) programática.
- (C) distributiva.
- (D) consolidativa.
- (E) estabilizadora.

R A S C U N H O

41. O orçamento público desempenha diferentes funções, decorrendo deste fato parte da sua complexidade técnica. A respeito das diferentes funções do orçamento público, é correta a correspondência apresentada na alternativa:
- (A) função jurídica: o orçamento público, embora seja Lei em sentido formal, não pode ser considerado Lei em sentido material, daí decorre a não impositividade de suas prescrições normativas.
 - (B) função administrativa: o orçamento público, como peça de planejamento, permite organização das ações estatais, bem como dos seus recursos, dentro de uma lógica de fins de meios.
 - (C) função política: o orçamento público permite a identificação dos agregados macroeconômicos necessários para o planejamento econômico e financeiro, tanto do setor público, como do setor privado.
 - (D) função contábil: o orçamento tem como função central e única, conforme previsão constitucional, o controle contábil das despesas e receitas, permitindo o controle interno e externo da ação estatal.
 - (E) função econômica: o orçamento público corresponde à peça jurídica que instrumentaliza as decisões políticas de gastos e financiamento da sociedade, decorrendo do procedimento democrático a sua legitimidade.
42. Sobre a evolução do orçamento público ao longo dos séculos e a conexão desta evolução com a própria evolução do Estado, é correto afirmar:
- (A) o orçamento clássico, conforme ideia desenvolvida nos séculos XVII e XVIII, tinha como foco central o planejamento da ação estatal, privilegiando o atingimento da eficiência.
 - (B) o orçamento público, com o surgimento do chamado Estado Social, nas primeiras décadas do século XX, passa a priorizar a sua dimensão de controle político sobre o poder de tributação e gasto.
 - (C) o orçamento público contemporâneo, corolário do Estado Social e Democrático de Direito, enfatiza a legitimidade das receitas e despesas, sob a perspectiva de atingimento dos objetivos constitucionais, sem descuidar da legalidade e da eficiência.
 - (D) o orçamento clássico, conforme ideia desenvolvida nos séculos XVII e XVIII, tinha como foco central o planejamento da ação estatal, privilegiando o atingimento da legitimidade.
 - (E) o orçamento público, com o surgimento do chamado Estado Social e Democrático de Direito, nas primeiras décadas do século XX, passa a priorizar a sua dimensão de controle político sobre o poder de tributação e gasto.
43. Um dos princípios orçamentários vigentes no Brasil é o princípio da anualidade, o qual estabelece que o orçamento deve ter vigência de um ano, coincidente com o ano civil. Este princípio tem importância também no reconhecimento de receitas e despesas como sendo de um exercício financeiro específico. A respeito desse tema, é correto afirmar, com base na Lei nº 4.320/1964, que
- (A) pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, ainda que posterior seja o seu recolhimento pela rede arrecadadora.
 - (B) pertence uma despesa a determinado exercício financeiro desde que tenha sido ao menos liquidada dentro daquele exercício.
 - (C) pertence uma receita a determinado exercício financeiro desde que tenha sido ao menos lançada dentro daquele exercício.
 - (D) pertence uma despesa a determinado exercício financeiro desde que tenha sido paga dentro daquele exercício.
 - (E) pertencem ao exercício financeiro as receitas nele recolhidas, ainda que posterior seja o seu lançamento e arrecadação.
44. Em projetos de parcerias público-privadas, é comum a vinculação de receitas específicas como forma de garantia das obrigações contratuais assumidas pelo Poder Público, especialmente relativas às contrapartidas em concessões patrocinadas ou administrativas. Para que seja possível a constituição desse tipo de garantia é necessário que se trate de uma receita que esteja excepcionalizada da aplicação do chamado princípio
- (A) da exclusividade.
 - (B) do realismo.
 - (C) da especificação.
 - (D) da não afetação.
 - (E) da transparência.
45. O Anexo de Riscos Fiscais é um relatório de grande importância para a avaliação dos eventos que podem afetar o planejamento orçamentário e comprometer o atingimento das metas fiscais fixadas. É correto afirmar que esse anexo é parte integrante do(a):
- (A) Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).
 - (B) Plano Plurianual.
 - (C) Lei Geral de Orçamentos (Lei nº 4.320/1964).
 - (D) Lei Orçamentária Anual.
 - (E) Lei de Diretrizes Orçamentárias.

46. É correto afirmar que uma dotação orçamentária prevista para a transferência de recursos visando a realização de investimentos por outras pessoas de direito privado, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços para o ente público transferidor, quando deriva de lei especial anterior, classifica-se como
- (A) contribuições.
 - (B) subvenção para custeio.
 - (C) auxílio.
 - (D) inversão financeira.
 - (E) transferência corrente.
47. Acerca do princípio constitucional que veda a utilização de tributos para efeito de confisco, é correto afirmar que
- (A) não se aplica às multas de caráter moratório ou punitivo, considerando que estas não se enquadram no conceito de tributo.
 - (B) a verificação do caráter confiscatório ou não do tributo deve ser feita considerando-se a onerosidade de cada tributo individualmente e não a carga tributária total.
 - (C) o princípio não se aplica às chamadas contribuições previdenciárias, pois estas têm caráter contributivo, atendendo diretamente aos interesses do próprio contribuinte.
 - (D) no caso das multas, a vedação não decorre apenas da previsão constitucional citada, mas também do princípio da proporcionalidade das penas e da vedação do excesso.
 - (E) foi introduzido no ordenamento brasileiro pela Constituição de 1988, sob influência do pensamento neoliberal que orientou a elaboração do seu capítulo tributário.
48. A norma tributária impositiva deverá conter os aspectos indispensáveis para que se possa determinar o surgimento e o conteúdo da obrigação tributária. Neste contexto, é correto afirmar que
- (A) o seu aspecto temporal se refere ao momento em que a legislação considera como ocorrido o fato gerador do tributo.
 - (B) a hipótese de incidência se confunde com a ideia de fato gerador, na medida em que ambos tratam da previsão abstrata da incidência tributária.
 - (C) os cinco aspectos da norma tributária impositiva devem constar da mesma lei, de forma expressa e didática.
 - (D) o aspecto temporal da hipótese de incidência se confunde com o prazo de recolhimento do tributo.
 - (E) o campo de incidência de um tributo coincide com o campo de competência estabelecido pela Constituição para aquele tributo.
49. Segundo o Código Tributário Nacional, normas que criem hipóteses de isenção, anistia ou remissão, devem ser interpretadas
- (A) ampliativamente.
 - (B) analogicamente.
 - (C) historicamente.
 - (D) restritivamente.
 - (E) literalmente.
50. A Prefeitura do Município X, buscando otimizar sua arrecadação e promover o ordenamento territorial, promulgou uma nova lei municipal sobre o IPTU. Dentre as inovações, a Lei estabeleceu alíquotas diferenciadas para imóveis residenciais e comerciais, e também para aqueles localizados em áreas de maior valorização imobiliária no centro da cidade, em comparação com os bairros mais afastados. Além disso, a Lei instituiu uma progressividade de alíquotas com base no valor venal do imóvel, aplicando alíquotas maiores para imóveis de alto padrão. Também foi veiculada pela Lei nova Planta Genérica de Valores, trazendo o valor venal dos imóveis situados na Cidade, para fins de incidência do IPTU. Diante dessa situação, é correto afirmar com base na Constituição Federal que
- (A) a diferenciação de alíquotas baseada na localização e no uso do imóvel é inconstitucional, pois o IPTU deve ter alíquota única para todos os imóveis do município.
 - (B) a progressividade de alíquotas em razão do valor do imóvel é vedada, uma vez que a Constituição Federal permite apenas a progressividade no tempo para o IPTU.
 - (C) as medidas adotadas estão de acordo com a Constituição, que permite a progressividade em razão do valor do imóvel e alíquotas diferentes por localização e uso.
 - (D) eventual majoração das alíquotas decorrente da aprovação da Lei poderá ter efeito desde que a sua promulgação ocorra até o último dia útil do exercício anterior.
 - (E) a alteração da Planta Genérica de Valores poderia ser feita por decreto do prefeito, caso estivesse dentro de parâmetros técnicos de mercado, conforme estudo justificador.

